



TERMO DE FOMENTO 13 • PLANO DE TRABALHO Nº 641

ASSOCIACAO COMUNITARIA DE PEDRAS

CNPJ: 97.372.502/0001-85 • GERALDO RIBEIRO DE ALMEIDA • PRESIDENTE • CPF: ***.905.796-**

ENDEREÇO: LOC COMUNIDADE DE PEDRAS SN • Z.RURAL • UNAÍ/MG • CEP: 38610000
CONTATO: (38)-99907-3744 controleinterno@prefeituraunaí.mg.gov.br

Modalidade: **Emenda Parlamentar 41**

Valor:

R\$ 85.000,00

Contrapartida:

R\$ 0,00

NÚMERO EMENDA / AÇÃO PPA

Nº da Emenda: 41 - Código da Ação: 1601 - Ação: AQUISIÇÃO E CESSÃO DE MÁQUINAS E IMPLEMENTOS PARA O FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR

LEI AUTORIZATIVA

3.838/2025 ESTABELECE A PROGRAMAÇÃO ANUAL DE RECEITAS E DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS DO MUNICÍPIO DE UNAÍ PARA EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2025

DADOS BANCÁRIOS

BANCO DO BRASIL S.A. • AGÊNCIA: 0508 8 • CONTA: 71041 5

TÍTULO DO PLANO DE TRABALHO

IMPULSIONANDO A AGRICULTURA FAMILIAR ATRAVÉS DA MECANIZAÇÃO AGRÍCOLA.

VIGÊNCIA

36 MÊS(ES) APÓS A ASSINATURA DO TERMO DE PARCERIA.

OBJETO

Destinação de recursos para a Associação Comunitária de pedras de Marilândia, CNPJ 97.372.502/0001-85, para aquisição de implementos agrícolas.

DESCRIÇÃO DO OBJETO

Aquisição de uma Carreta Agrícola Carroceria de madeira capacidade 4 toneladas com sobretampas 02 eixeiros, 04 rodas, com 04 pneus 7.50-16 modelo cc4000, um pulverizador agrícola de barras capacidade 600 litros, barras de 12 metros, bomb de pulverização vazao 75l/mim, modelo aguila A600-M12 e pecuario, um perfurador de solo com brocas de 9" e 12", modelo PS, uma roçadeira de arasto largura de corte 1700 mm transmissao por cardam modelo DESBRAVADORA 1700mm transmissao por cardam modelo DESBRAVADORA 1700, um distribuidor de fertilizantes e sementes capacidade de 600 litros modelo DAC-900 SPEEDY, um sulcador leve de 01 linha modelo SC 1 L e um guincho traseiro capacidade 800kg modelo GTA 800.

CONTRAPARTIDA

Não haverá contrapartida financeira, o valor da proposta e suficiente para aquisição dos implementos.

Contra partida operacional:

- Disponibilização de operador;
- Manutenção preventiva e corretiva;
- Guarda, conservação e limpeza;
- Gestão Administrativa, técnica e operacional dos equipamentos e dos serviços prestados.

JUSTIFICATIVA DA PROPOSIÇÃO

A Associação Comunitaria de Pedras, foi fundada em 11/04/1944, conta com 28 famílias, a referida associação fica localizada a 70 km da sede municipal da cidade de Unaí Minas Gerais, na Comunidade de Pedras de Marilândia. Os associados atualmente desenvolvem atividade como a pecuaria leiteira e plantio de cana de açúcar e milho para silagem. Temos enfrentados grandes dificuldades devido a falta de equipamentos adequados para o transportes, auxilio na plantação, controle de pragas, adubação, o que tem prejudicado significativamente a produtividade e consequentemente a renda das famílias associadas. A aquisição dos implementos agrícolas proporcionará um grande avanço na capacidade produtiva , permitindo um transportes, auxilio na plantação, controle de pragas,

88/H

Gerado



TERMO DE FOMENTO 13 • PLANO DE TRABALHO Nº 641

ASSOCIACAO COMUNITARIA DE PEDRAS

CNPJ: 97.372.502/0001-85 • GERALDO RIBEIRO DE ALMEIDA • PRESIDENTE • CPF: ***.905.796-**

ENDEREÇO: LOC COMUNIDADE DE PEDRAS SN • Z.RURAL • UNAÍ/MG • CEP: 38610000
CONTATO: (38)-99907-3744 controleinterno@prefeituraunaí.mg.gov.br

Modalidade: **Emenda Parlamentar 41**

Valor:

R\$ 85.000,00

Contrapartida:

R\$ 0,00

adubação mais eficientes, além de garantir um melhor aproveitamentos dos insumos e da area plantada. Tais equipamentos sao fundamentais para o fortalecimento da nossa atividade agricola, possibilitando a melhoria da qualidade de vida dos nossos agricultores e o desenvolvimento sustentavel da nossa comunidade.

PÚBLICO ALVO/BENEFICIÁRIOS

A Associação conta hoje com 28 familias, no entanto ainda tem familias se associando.

RESULTADOS / PRODUTOS ESPERADOS / IMPACTOS PREVISTOS

Resultdos/Produtos Esperados:

- 1 - Aumento da Produtividade - Com a utilização dos implementois agricolas, será possível uma otimização do tempo de plantio, transporte e adubação, controle de pragas, mais eficiente, sendo possível os associados aumentarem a area de plantio.
- 2 - Redução de Custos - Com a modernização dos equipamentos, haverá uma significativa redução nos custos operacionais.
- 3 - Melhoria na Qualidade da produção - Com o uso dos equipamentos, será feito um plantio, uma adubação, pulverização, feito de cercas, transporte da produção de melhor qualidade, otimizando o tempo da produção.
4. Capacitação dos agricultores - A introcução de tecnologias modernas incentivará a capacitação continua dos associados , promovendo a adoção de boas praticas agricolas e uso eficiente de recursos.

Impactos previstos:

- 1 - Desenvolvimento Economico Local - O aumento da produtividade e a redução de custos contribuirao diretamente para a elevação da renda das familias africultoras associadas, promovendo o desenvolvimento economico local e a melhoria das condições de vida.
- 2 - Sustentabilidade Ambiental - A eficiencia proporcionada pelos implementos agricolas reduzirá o desperdício de insumos e minimizará o impacto ambiental das atividades agricolas. A precisao no plantio,adubação, controle de pragas, colheita, e transporte da produção, contribuirá para as praticas mais sustentaveis e para a conservação do solo.
- 3- Fortalecimento da Comunidade Agricola - A aquisição dos implementos promoverá a uniao e a colaboração entre os associados, incentivando o compartilhamento de conhecimentos e a realização de projetos comunitarios, fortalecendo assim a coesao social e a solidariedade na região.

OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

- I - Promover o repasse dos recursos financeiros obedecendo ao Cronograma de Desembolso constante do plano de trabalho;
- II - Prestar o apoio necessário e indispensável à OSC para que seja alcançado o objeto do Instrumento de Parceria em toda a sua extensão e no tempo devido;
- III - Monitorar e avaliar a execução do objeto deste Instrumento de Parceria, por meio de análise das informações acerca do processamento da parceria constantes do Sistema Cygnus, diligências e visitas in loco, quando necessário, zelando pelo alcance dos resultados pactuados e pela correta aplicação dos recursos repassados;
- IV - Comunicar à OSC quaisquer irregularidades decorrentes do uso dos recursos públicos ou outras impropriedades de ordem técnica ou legal, fixando o prazo previsto na legislação para saneamento ou apresentação de esclarecimentos e informações;
- V - Analisar os relatórios de execução do objeto;
- VI - Analisar os relatórios de execução financeira, nas hipóteses previstas no art. 46, Inciso II, da Lei Municipal nº 3.083, de 2017;
- VII - Receber, propor, analisar e, se for o caso, aprovar as propostas de alteração do Instrumento de Parceria, nos termos do art. 57 da Lei Federal nº 13.019, de 2014;
- VIII - Instituir Comissão de Monitoramento e Avaliação - CMA, nos termos do Capítulo XII da Lei Municipal nº 3.083, de 2017;
- IX - Designar o gestor da parceria, que ficará responsável pelas obrigações previstas no art. 61 da Lei nº 13.019, de 2014, e no Capítulo XIII da Lei Municipal nº 3.083, de 2017;
- X - Retomar os bens públicos em poder da OSC na hipótese de inexecução por culpa exclusiva da organização da sociedade civil, exclusivamente para assegurar o atendimento de serviços essenciais à população, por ato próprio e independentemente de autorização judicial, a fim de realizar ou manter a execução das metas ou atividades pactuadas, nos termos do art. 62, inciso I, da Lei nº 13.019, de 2014;
- XI - Assumir a responsabilidade pela execução do restante do objeto previsto no plano de trabalho, no caso de paralisação e

89 / H

Gerardo





TERMO DE FOMENTO 13 • PLANO DE TRABALHO Nº 641

ASSOCIACAO COMUNITARIA DE PEDRAS

CNPJ: 97.372.502/0001-85 • GERALDO RIBEIRO DE ALMEIDA • PRESIDENTE • CPF: ***.905.796-**

ENDEREÇO: LOC COMUNIDADE DE PEDRAS SN • Z.RURAL • UNAÍ/MG • CEP: 38610000

CONTATO: (38)-99907-3744 controleinterno@prefeituraunaí.mg.gov.br

Modalidade: **Emenda Parlamentar 41**

Valor:

R\$ 85.000,00

Contrapartida:

R\$ 0,00

inexecução por culpa exclusiva da organização da sociedade civil, de modo a evitar sua descontinuidade, devendo ser considerado na prestação de contas o que foi executado pela OSC até o momento em que a Administração Pública assumir essas responsabilidades, nos termos do art. 62, II, da Lei nº 13.019, de 2014;

XII - Reter a liberação dos recursos quando houver evidências de irregularidade na aplicação de parcela anteriormente recebida, ou quando a OSC deixar de adotar sem justificativa suficiente as medidas saneadoras apontadas pela Administração Pública ou pelos órgãos de controle interno ou externo, comunicando o fato à OSC e fixando-lhe o prazo de até 30 (trinta) dias para saneamento ou apresentação de informações e esclarecimentos, nos termos do art. 48 da Lei nº 13.019, de 2014;

XIII - Prorrogar de "ofício" a vigência do Instrumento de Parceria, antes do seu término, quando der causa a atraso na liberação dos recursos, limitada a prorrogação ao exato período do atraso verificado, nos termos do art. 55, parágrafo único, da Lei nº 13.019, de 2014, e § 1º, inciso I, do Capítulo XIV da Lei Municipal nº 3.083, de 2017;

XIV - Publicar, no Diário Oficial do Município, extrato do Instrumento de Parceria;

XV - Divulgar informações referentes à parceria celebrada em dados abertos e acessíveis e manter, no seu sítio eletrônico oficial e no Sistema Cygnus, o instrumento da parceria celebrada e seu respectivo plano de trabalho, nos termos do art. 10 da Lei nº 13.019, de 2014;

XVI - Exercer atividade normativa, de controle e fiscalização sobre a execução da parceria, inclusive, se for o caso, reorientando as ações, de modo a evitar a descontinuidade das ações pactuadas;

XVII - Informar à OSC os atos normativos e orientações da Administração Pública que interessem à execução do presente Instrumento de Parceria;

XVIII - Analisar e decidir sobre a prestação de contas dos recursos aplicados na consecução do objeto do presente Instrumento de Parceria; e

XIX - Aplicar as sanções previstas na legislação, proceder às ações administrativas necessárias à exigência da restituição dos recursos transferidos e instaurar Tomada de Contas Especial, quando for o caso.

OBRIGAÇÕES DA ORGANIZAÇÃO

I - Executar fielmente o objeto pactuado, de acordo com as cláusulas deste Termo, a legislação pertinente e o plano de trabalho aprovado pela Administração Pública, adotando todas as medidas necessárias à correta execução deste Instrumento de Parceria, observado o disposto na Lei nº 13.019, de 2014, e na Lei Municipal nº 3.083, de 2017;

II - Zelar pela boa qualidade das ações e serviços prestados, buscando alcançar eficiência, eficácia, efetividade social e qualidade em suas atividades;

III - Garantir o cumprimento da contrapartida em bens e serviços conforme estabelecida no plano de trabalho, se for o caso;

IV - Manter e movimentar os recursos financeiros em conta bancária específica, na instituição financeira pública determinada pela administração pública, inclusive os resultados de eventual aplicação no mercado financeiro, aplicando-os, na conformidade do plano de trabalho, exclusivamente no cumprimento do seu objeto, observadas as vedações relativas à execução das despesas;

V - Não utilizar os recursos recebidos nas despesas vedadas pelo art. 45 da Lei nº 13.019, de 2014;

VI - Apresentar Relatório de Execução do Objeto na plataforma Cygnus, de acordo com o estabelecido nos art. 63 a 72 da Lei nº 13.019, de 2014, e art. 46 inciso I da Lei Municipal nº 3.083, de 2017;

VII - Executar o plano de trabalho aprovado, bem como aplicar os recursos públicos e gerir os bens públicos com observância aos princípios da legalidade, da legitimidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da economicidade, da eficiência e da eficácia;

VIII - Prestar contas à Administração Pública, ao término de cada exercício e no encerramento da vigência do Instrumento de Parceria, nos termos do capítulo IV da Lei nº 13.019, de 2014, e do capítulo XVIII, da Lei Municipal nº 3.083, de 2017;

IX - Responsabilizar-se pela contratação e pagamento do pessoal que vier a ser necessário à execução do plano de trabalho, conforme disposto no inciso VI do art. 11, inciso I, e §3º do art. 46 da Lei nº 13.019, de 2014, inclusive pelos encargos sociais e obrigações trabalhistas decorrentes, ônus tributários ou extraordinários que incidam sobre o instrumento;

X - Permitir o livre acesso do gestor da parceria, membros do Conselho de Política Pública da área, quando houver, da Comissão de Monitoramento e Avaliação -CMA e servidores do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal e do Tribunal de Contas da União, a todos os documentos relativos à execução do objeto do Instrumento de Parceria, bem como aos locais de execução do projeto, permitindo o acompanhamento in loco e prestando todas e quaisquer informações solicitadas;

XI - Quanto aos bens materiais e/ou equipamentos adquiridos com os recursos deste Instrumento de Parceria:

a) Utilizar os bens materiais e/ou equipamentos em conformidade com o objeto pactuado;





TERMO DE FOMENTO 13 • PLANO DE TRABALHO Nº 641

ASSOCIACAO COMUNITARIA DE PEDRAS

CNPJ: 97.372.502/0001-85 • **GERALDO RIBEIRO DE ALMEIDA** • PRESIDENTE • CPF: ***,905.796-**

ENDEREÇO: LOC COMUNIDADE DE PEDRAS SN • Z.RURAL • UNAÍ/MG • CEP: 38610000

CONTATO: (38)-99907-3744 controleinterno@prefeituraunaí.mg.gov.br

Modalidade: Emenda Parlamentar 41	Valor:	R\$ 85.000,00
	Contrapartida:	R\$ 0,00

- b) Garantir sua guarda e manutenção;
- c) Comunicar imediatamente à Administração Pública qualquer dano que os bens vierem a sofrer;
- d) Arcar com todas as despesas referentes a transportes, guarda, conservação, manutenção e recuperação dos bens;
- e) Em caso de furto ou de roubo, levar o fato, por escrito, mediante protocolo, ao conhecimento da autoridade policial competente, enviando cópia da ocorrência à Administração Pública, além da proposta para reposição do bem, de competência da OSC; e
- f) Durante a vigência do Instrumento de Parceria, somente movimentar os bens para fora da área inicialmente destinada à sua instalação ou utilização mediante expressa autorização da Administração Pública e prévio procedimento de controle patrimonial.
- XII - Por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção deste Instrumento de Parceria, restituir à Administração Pública os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, conforme art. 52 da Lei nº 13.019, de 2014;
- XIII - Manter, durante a execução da parceria, as mesmas condições exigidas nos art. 33 e 34 da Lei nº 13.019, de 2014;
- XIV - Manter registros, arquivos e controles contábeis específicos para os dispêndios relativos a este Instrumento de Parceria, pelo prazo de 10 (dez) anos após a prestação de contas, conforme previsto no parágrafo único do art. 68 da Lei nº 13.019, de 2014;
- XV - Garantir a manutenção da equipe técnica em quantidade e qualidade adequadas ao bom desempenho das atividades;
- XVI - Observar, nas compras e contratações de bens e serviços e na realização de despesas e pagamentos com recursos transferidos pela Administração Pública, os procedimentos estabelecidos no Manual de Prestação de Contas fornecidos pela administração pública item 3.4;
- XVII - Incluir regularmente no Sistema Cygnus informações e os documentos exigidos pela Lei nº 13.019, de 2014, mantendo-o atualizado, e prestar contas dos recursos recebidos no mesmo sistema;
- XVIII - Observar o disposto no art. 48 da Lei nº 13.019, de 2014, para o recebimento de cada parcela dos recursos financeiros;
- XIX - Manter seus dados cadastrais atualizados no Sistema Cygnus;
- XX - Divulgar na internet e em locais visíveis da sede social da OSC e dos estabelecimentos em que exerça suas ações todas as informações detalhadas no art. 11, incisos I a VI, da Lei nº 13.019, de 2014;
- XXI - Submeter previamente à Administração Pública qualquer proposta de alteração do plano de trabalho, na forma definida neste instrumento, observadas as vedações relativas à execução das despesas;
- XXII - Responsabilizar-se exclusivamente pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que disser respeito às despesas de custeio, de investimento e de pessoal, nos termos do art. 42, inciso XIX, da Lei nº 13.019, de 2014;
- XXIII - Responsabilizar-se exclusivamente pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais e das taxas de importação, de câmbio, aduaneiras e similares, relacionados à execução do objeto previsto neste Instrumento de Parceria, o que não implica responsabilidade solidária ou subsidiária da administração pública municipal quanto à inadimplência da OSC em relação ao referido pagamento, aos ônus incidentes sobre o objeto da parceria ou aos danos decorrentes de restrição à sua execução, nos termos do art. 42, inciso XX, da Lei nº 13.019, de 2014; e
- XXIV - Quando for o caso, providenciar licenças e aprovações de projetos emitidos pelo órgão ambiental competente, da esfera municipal, estadual, do Distrito Federal ou federal e concessionárias de serviços públicos, conforme o caso, e nos termos da legislação aplicável.
- XXV - Na atuação em rede, por duas ou mais organizações da OSC, será mantida a integral responsabilidade da OSC celebrante do presente Instrumento de Parceria;
- XXVI - Competirá a OSC a celebração de termo de atuação em rede para repasse de recursos à(s) não celebrante(s), ficando obrigada, no ato de celebração a:
- a) Verificar a regularidade jurídica e fiscal da organização executante e não celebrante do Instrumento de Parceria; e
- b) Comunicar à Administração Pública a assinatura do termo de atuação em rede, no prazo de até 60 (sessenta) dias contado da data de sua assinatura.
- XXVII - Na atuação em rede, por duas ou mais organizações da OSC, será mantida a integral responsabilidade da OSC celebrante do presente Instrumento de Parceria.

METAS DA PARCERIA

META 1: : Promover o Desenvolvimento Mediante a Mecanização Agrícola.

Unidades/Públicos-alvo: PRODUTORES RURAIS E FAMÍLIAS

QTDE: 14 a 28

PRAZO: 36 MESES

91/4

Gerardo



TERMO DE FOMENTO 13 • PLANO DE TRABALHO Nº 641

ASSOCIACAO COMUNITARIA DE PEDRAS

CNPJ: 97.372.502/0001-85 • GERALDO RIBEIRO DE ALMEIDA • PRESIDENTE • CPF: ***.905.796-**

ENDEREÇO: LOC COMUNIDADE DE PEDRAS SN • Z.RURAL • UNAI/MG • CEP: 38610000

CONTATO: (38)-99907-3744 controleinterno@prefeituraunai.mg.gov.br

Modalidade: **Emenda Parlamentar 41**

Valor:

R\$ 85.000,00

Contrapartida:

R\$ 0,00

Descrição das atividades para o cumprimento da meta (Ações)

Aquisição de implementos agrícolas sendo eles:

- 01 Carreta Agrícola Carroceria de madeira capacidade 4 toneladas com sobretampas 02 eixeiros, 04 rodas, com 04 pneus 7.50-16 modelo cc4000;
- 01 pulverizador agrícola de barras capacidade 600 litros, barras de 12 metros, bomb de pulverização vazao 75l/mim, modelo aguila A600-M12 e pecuario;
- 01 perfurador de solo com brocas de 9" e 12", modelo PS;
- 01 roçadeira de arasto largura de corte 1700 mm transmissao por cardam modelo DESBRAVADORA 1700mm transmissao por cardam modelo DESBRAVADORA 1700;
- 01 distribuidor de fertilizantes e sementes capacidade de 600 litros modelo DAC-900 SPEEDY;
- 01 sulcador leve de 01 linha modelo SC 1 L;
- 01 guincho traseiro capacidade 800kg modelo GTA 800.

Forma de Execução

1ª Etapa: Aquisição do Bem

- Será efetuado o levantamento de custo para efetuar a compra do implemento.
- Compra do implemento.

2ª Etapa: Uso / Manutenção

- Levantamento de demanda para uso do equipamento;
- Será feito cronograma para uso do equipamento;
- Efetuar a manutenção preventiva ou corretiva se for o caso.

Definição dos Meios/Parâmetros para Aferição

1ª Etapa: Aquisição do Bem.

- Disponibilização da cotação prévia.
- Apresentação da nota fiscal com o respectivo comprovante de pagamento.

2ª Etapa: Uso/ Manutenção

- Disponibilizar o relatório de uso do equipamento;
- Apresentar relatórios que comprove as manutenções;
- Apresentar o RPS - Relatório de Prestação de Serviços;
- Alimentar REO - Relatório de Execução do Objeto;
- Alimentar REF - Síntese da Movimentação Financeira e Síntese dos Lançamentos das Despesas;
- Apresentar TPTP - Termo de Promessa de Transferência de Propriedade.

DESEMBOLSO FINANCEIRO

CÓDIGO/FONTE		PROGRAMÁTICA	
1500 - TESOURO LIVRE		02.09.02.20.608.2091.1601	
TIPO	FICHA	NATUREZA DE DESPESAS	VALOR
MUNICIPAL	1.672	I: 445052	R\$ 85.000,00
PARCELA	MÊS/ANO	VALOR DA PARCELA	
1	09-2025	R\$ 85.000,00	

97 / 4

Gerado





TERMO DE FOMENTO 13 • PLANO DE TRABALHO Nº 641

ASSOCIACAO COMUNITARIA DE PEDRAS

CNPJ: 97.372.502/0001-85 • GERALDO RIBEIRO DE ALMEIDA • PRESIDENTE • CPF: ***.905.796-**

ENDEREÇO: LOC COMUNIDADE DE PEDRAS SN • Z.RURAL • UNAÍ/MG • CEP: 38610000

CONTATO: (38)-99907-3744 controleinterno@prefeituraunai.mg.gov.br

Modalidade: **Emenda Parlamentar 41**

Valor:

R\$ 85.000,00

Contrapartida:

R\$ 0,00

PLANEJAMENTO FINANCEIRO • SINTÉTICO

INVESTIMENTO/EQUIPAMENTOS E MAT.PERMANENTE

R\$ 85.000,00

...

R\$ 85.000,00

PLANEJAMENTO FINANCEIRO • ANALÍTICO

INVESTIMENTO/EQUIPAMENTOS E MAT.PERMANENTE

AQUISIÇÃO DE IMPLEMENTOS

01 Carreta Agrícola Carroceria de madeira;

01 pulverizador agrícola;

01 perfurador de solo com brocas;

01 roçadeira de arasto;

01 distribuidor de fertilizantes e sementes;

01 sulcador leve de 01 linha;

01 guincho traseiro;

Estimativa de Preço: R\$ 85.000,00

PARCELA

VALOR DA PARCELA

1

R\$ 85.000,00

TOTAL GERAL: R\$ 85.000,00

Unaí, 22 de Agosto de 2025

Geraldo Ribeiro de Almeida

GERALDO RIBEIRO DE ALMEIDA

***.905.796-**

RESPONSÁVEL LEGAL DA OSC



94
4

TERMO DE FOMENTO 13 • PLANO DE TRABALHO Nº 641

ASSOCIACAO COMUNITARIA DE PEDRAS

CNPJ: 97.372.502/0001-85 • GERALDO RIBEIRO DE ALMEIDA • PRESIDENTE • CPF: ***.905.796-**

ENDEREÇO: LOC COMUNIDADE DE PEDRAS SN • Z.RURAL • UNAI/MG • CEP: 38610000
CONTATO: (38)-99907-3744 controleinterno@prefeituraunai.mg.gov.br

Modalidade: **Emenda Parlamentar 41**

Valor:

R\$ 85.000,00

Contrapartida:

R\$ 0,00

RODRIGO PEREIRA VIANA

***.913.256-**

GESTOR(A) DA PARCERIA

RODRIGO PEREIRA VIANA

***.913.256-**

SECRETÁRIO